



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 95ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1976

REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1976.

Presidência do sr. Deputado Fidelcino Tolentino, secretariada pelos Srs. Deputados Dácio Leonel e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Enéas Faria, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Fidelcino Tolentino) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Fidelcino Tolentino) Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 48/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 30/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Manoel Ribas, objetivando execução de reparos onde funcionam as escolas que especifica, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi e Otássio Pereira (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, a definitiva retirada do Projeto de Lei 24/76 de sua autoria, pelo motivo de haver constatado que idêntica proposição, também de sua autoria, já fora convertida em Lei sob o número 03/75, promulgada em 17 de abril de 1975, pelo Presidente deste Poder.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de suas prerrogativas constitucionais, com base no Regimento Interno, o Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, requer seja enviado ao Sr. Jayme Canet Junior, Exmo. Sr. Governador do Estado, ofício indagando daquela autoridade, como encontram-se os convênios assinados em setembro/74, entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o Governo do Estado, referente às obras carentes e necessárias, não só à cidade, como também ao Estado, pois algumas são prioritárias no Sistema Viário Estadual.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, se oficie à Secretaria dos Transportes a fim de que o Departamento competente daquele órgão, determine a imediata e necessária restauração da Estrada PR-59, que liga Ponta Grossa - Teixeira Soares, via essa que serve de escoamento da grande área agrícola e único meio de ligação entre essas duas comunidades.

Necessário portanto, se torna que o Governo dê atenção com urgência ao solicitado.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições regimentais, respeitosamente requer, ouvido o Plenário, que a Mesa determine a constituição de Comissão Especial composta por três Deputados, para gestionar junto à Confederação Brasileira de Desportos - CBD - objetivando a inclusão do Grêmio Maringá - GEM -, no próximo Campeonato Nacional, em razão do time maringaense haver preenchido integralmente os dois critérios "Estádio e Renda", estabelecidos pela CBD. Requer, outrossim, o imediato envio de telex à entidade já referida, solicitando informações dos critérios adotados para a escolha dos clubes de futebol participantes do Brasileirão, de vez que causa estranheza a preterição do clube representante da cidade de Maringá.

SENHOR PRESIDENTE.

SENHORES DEPUTADOS.

Respalamos nossa propositura, esclarecendo que Maringá efetiva e sobejamente, preencheu com galhardia e soberania, os dois requisitos básicos exigidos pela CBD para processamento da escolha dos clubes participantes do Brasileirão, em sua versão 1976, quais sejam: existência de Estádio dentro de normas pré-estabelecidas e angariação de rendas comprobatórias e atestatórias da viabilidade de participação.

Para consubstanciar tais afirmativas, relacionados estão, na documentação que retrata o posicionamento sócio-econômico de Maringá, que inclui ainda quadro descritivo e informativo sobre o Estádio Regional de Maringá, os "borderaux" dos jogos disputados na cidade de Maringá - Estádio Willie Davids - durante o ano de 1975, no período compreendido entre 14 de janeiro a 6 de junho do corrente ano, cujas rendas totalizam Cr\$. 2.442.030,00.

Ressalte-se que devidamente vistoriado pela Federação Paranaense de Futebol, o Willie Davids encontra-se liberado para jogos oficiais desde janeiro do ano em curso pelo que se permite requerer ainda à CBD seja determinado pela imposição da necessidade de veracidade do acima exposto, uma vitória nas praças de esporte do Estado do Paraná, particularmente nos localizados na região norte paranaense.

Atendidos os dois critérios básicos para a inclusão da representação de Maringá no Campeonato Nacional desconhece-se outra contestação à participação do Interior por ela condignamente credenciado, no maior certame de integração nacional.

Se outros critérios existem, crêmo-los de ordem política e nos obrigamos assim a nos manifestar: Maringá possui alta representatividade Arenista, nas pessoas de dois Deputados Federais, dos quais um é Secretário da Justiça do Estado, sendo o outro, ex-Prefeito desta Cidade; dois Deputados Estaduais representam-na nesta Assembléia Legislativa, um deles Vice-Presidente desta Casa.

"BASTA QUE OS MESMOS DESEJEM E MARINGÁ

PARTICIPA DO NACIONAL".

Entretanto, se sabe que o Sr. Neco Garcia, candidato à Prefeitura de Londrina, desprendida e elogiavelmente, condicionou sua candidatura à inclusão do Londrina Esporte Clube no Nacional, o que já não ocorre com as lideranças arenistas maringaenses, que, visando única e tão somente posicionamento político, condicionaram candidaturas nas dependências de ascendências a cargos nos primeiros escalões da administração estadual, quais sejam, à condução de nomes às testas de Secretarias de Estado.

SENHOR PRESIDENTE.

SENHORES DEPUTADOS.

Enfatizamos necessidade de regime de urgência ao atendimento a que propomos, vez que a imprensa noticia estar fixada pela CBD a data de 15 de junho para a divulgação dos clubes que participarão do Brasileirão-76.

Finalizamos, ressaltando que Maringá atende às exigências da CBD, e que justiça seja feita, levando-se em conta que o Estádio Regional de Maringá é a principal praça de esportes do Estado, com capacidade superior ao do tradicional Belfort Duarte, sediado na Capital.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE - (Maurício Fruet) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel, (Pausa). - Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, segundo orador inscrito. (Pausa). - Não se encontrando presente o Sr. Deputado Rosário Pitelli, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos entrando, na tarde de hoje, com um requerimento à Mesa, requerimento esse de grande interesse para a comunidade de Ponta Grossa.

Pretendíamos dar um título a esse requerimento. Mas, não o fazemos, por acreditar, uma vez mais, na administração pública deste Estado.

Ponta Grossa caracteriza-se, além do filme já passado nos cinemas de nossa cidade, "Quando Setembro Vier", obra prima do cinema internacional, que é correlata à administração pública de nosso Estado.

Quando setembro vier, é a data máxima de nossa cidade, pois 15 de setembro é o aniversário de Ponta Grossa.

Nessa data, convergem para Ponta Grossa, altas autoridades deste Estado, desta Nação, que lá fazem, nesse dia, as suas sedes das administrações políticas e principalmente de suas relações públicas.

Quando setembro vier, novamente em Ponta Grossa, estarão presentes as mais altas autoridades. E novamente lá vai se constatar o que somos testemunhas o que há dois anos passados, registrou-se: quando, na presença do povo de Ponta Grossa, dos representantes da cidade, ou sejam, os Vereadores, do Prefeito Municipal Luiz Gonzaga Pinto, hoje Secretário da Indústria e Comércio, na presença de Deputados estaduais e federais, S. Exa. o Sr. Governador da época, Emílio Hoffmann Gomes, assinava e dava conhecimento público dos convênios firmados entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Aspiração maior não só de nossa cidade, mas de todos os que transitam por Ponta Grossa, ou seja, a construção da entrada e saída daquela cidade, que demanda ao Norte do Estado e ao Estado de São Paulo, obras carentes do sistema viário, obras que não se identificam somente com a administração pública municipal, mas também com a administração do Estado.

Quando setembro vier, novamente, estaremos vendo chegar àquela cidade as mais altas autoridades do Estado. E queria-

mos, já adivinhando, que novamente chegará lá, com mãos vazias, esta administração, ou com promessas não cumpridas, das quais somos testemunhas, queríamos que as duas representações nesta Casa, o ilustre Deputado David Federmann e este Deputado, queríamos que envidássemos todos os esforços possíveis para que o Estado cumpra seus convênios, cumpra seus contratos, porque não temos encontrado receptividade por parte do Governo do Estado.

Quando setembro vier, desejamos que o Governo atenda as reivindicações de Ponta Grossa, que não têm sido correspondidas com as obras prometidas e reprometidas, mas até agora não cumpridas. Que se dê àquele povo aquilo que lhe é devido, uma segurança melhor para o povo paranaense, pontagrossense e brasileiro.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fideicino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, no início desta semana, "O Estado do Paraná", no dia 8, precisamente, publicou uma entrevista que teria sido concedida por um Deputado Federal da ARENA, Álvaro Valle, onde esse Parlamentar procura, de uma forma até anti-ética, senão de divergência de comportamento parlamentar, procura levar, através da imprensa, uma atribuição ao MDB, querendo responsabilizá-lo pelo fracasso que o Governo, no nosso entender, tem feito, através de suas titubeantes realizações.

Fala esse Deputado, que o MDB, na última eleição, intoxicou a opinião pública. Expressamente, diz S. Exa: "a opinião pública brasileira foi intoxicada pela Oposição, na última eleição, por uma propaganda inteiramente desprovida de conteúdo".

A se julgar que esse Deputado pretendeu fazer uma ofensa ao nosso Partido, ou a defesa do seu, é lamentável que tenha laborado, não só com inadvertência, mas também com desconhecimento do próprio pensamento nacional, que desautoriza esse parlamentar a falar em nome, primeiro da opinião pública nacional e, segundo, se arvorar em fazer juízo a respeito do comportamento de nosso Partido.

A ARENA, no nosso entender, é que não cumprindo seu programa, não conseguindo cumprir seu programa, até por impedimento de chefia, quem sabe do Governo, dos altos escalões do governo, a quem ela apoia, provavelmente ela é que está intoxicando a opinião pública, está injetando estímulo que não consegue realizar na opinião pública.

O nosso Partido apesar e a despeito de toda a contestação que é feita por esse Deputado, está buscando o seu fortalecimento sua afirmação e isso tem ocorrido, inclusive, com o posicionamento dos parlamentares na Câmara Federal, nas Assembléias e nas Câmaras Municipais.

Fala ele que a ARENA é um partido nacionalista. Haja visto nos acordos nucleares, etc., e na conquista da Amazônia.

O MDB tem falado, a respeito do problema nuclear, inclusive, tem dado apoio ao desenvolvimento nuclear brasileiro, tem feito críticas produtivas da transamazônica e à conquista da Amazônia, embora nós pessoalmente entendamos que a Amazônia não estava em outro domínio e nem foi conquistada. De forma que são conceitos expendidos por aquele Parlamentar de forma duvidosa. Ele procura, demagogicamente, se situar próximo às eleições querendo restaurar a imagem negativa que seu Partido tem à opinião pública nacional.

Ele fala que a ARENA tem conseguido melhorar a distribuição de rendas. Não vejo nisto uma realidade, porque a distribuição de rendas continua sendo tema defendido pela oposição. A distribuição de rendas tem sido, diuturnamente, tratada pelos homens da oposição.

Graças a esta intransigência e à oposição eminentemente nacionalista voltada para o interesse do povo e do Brasil, é que

tem sido consagrado o MDB, não só na vitória de 74, mas no seu posicionamento e, inclusive, as pesquisas realizadas pelo próprio Governo têm dado ao MDB o ensejo de verificar a sua posição, perante a opinião pública, melhor que a da ARENA.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Pesarosamente, esta Presidência informa a V. Exa. que poderemos ouvi-lo no Pequeno Expediente, por mais 30 segundos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente, concluirei.

É lamentável que ele se esqueça da Lei Falcão, do problema dos Direitos Humanos, daquele grupo de homens do Governo que trata daquela composição de estudos dos Direitos Humanos.

Somente a Lei Falcão já desfalcaria os argumentos deste Deputado que, no meu entender, está fora da realidade; precisa se preparar para promover palestras e cursos para não injetar na opinião pública o desestímulo e o devaneio, para que o homem brasileiro, o eleitor brasileiro, possa decidir, de uma forma correta, justa e democrática, a votação de seus candidatos no dia 30 de novembro do corrente ano.

Contestamos a fala desse Deputado e sentimos, até um repúdio pela sua posição, pelo que ele se faz representar pelo que pretende se representar.

Lamentamos ter que contestar a posição tomada por esse Deputado e dizer que o MDB não está preocupado com os seus conceitos, mas está preocupado com a situação nacional, no que diz respeito à solução dos problemas do povo brasileiro e não com o Partido do Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A pesca representa mais uma importante frente para o desenvolvimento nacional. O Governo Federal passou a conferir prioridade à distribuição dos recursos obtidos mediante os incentivos fiscais, visando injetá-los nas empresas privadas e, por esse modo, acaba de surgir um parque industrial pesqueiro cada vez mais sólido e expressivo. A Portaria número 11, de 1975, tornou-se o instrumento eficaz para a dinamização da pesca, subindo o número de empresas que atuam no setor a 2.000, com 250 das mesmas destacando-se por sua real capacidade administrativa, sem parar de gerar riquezas e empregos. A taxa de crescimento anual oscila em torno de 6,6 por cento com o emprego atual de uma enorme força de trabalho que totaliza 500 mil pessoas. Presentemente, o faturamento que a pesca registra ultrapassa 5 bilhões de cruzeiros anuais. Como se vê, trata-se de uma frente próspera e estável, englobando uma dezena de atividades econômicas diversificadas e levadas a cabo em todo o território nacional.

O volume das exportações é de 50 milhões por ano, operando cerca de mil barcos pesqueiros a nível industrial. A captura rende quase 900 mil toneladas, com produção industrial, atingindo 75 mil toneladas de supergelados, 70 mil toneladas de farinha de peixe.

Enquanto isso, os principais produtos comercializados no mercado internacional são o camarão, a lagosta, e os escalopes — também conhecidos pelo nome de "coquilles de Saint Jacques". O caminho do sucesso é devido ao discernimento das empresas responsáveis com a dinamização da pesca; diversificação das espécies elaboradas e alargamento geográfico da área de ação e, sobretudo, a criação de uma infraestrutura de abastecimentos realmente eficaz. Elas possuem frotas próprias e entrepostos, nos quais está sendo adotada uma política de apoio ao pequeno pes-

çador com o propósito de mantê-lo sempre estimulado. Semelhante apoio abrange desde equipamentos industriais até a garantia de preço. Qualquer que seja o volume trazido pelos pescadores, o preço é fixo e compensador.

O nosso País, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está conquistando, no mercado internacional, uma indiscutível tradição não apenas no que tange ao volume da pesca, mas também em relação da alta qualidade dos produtos nacionais. É uma realidade que contribui sobremodo; para mantermos como suporte os nossos inúmeros clientes no mercado estrangeiro. Agora, a falta de pesquisa deixou de constituir problema, com tal ítem, recebendo formidável dotação orçamentária no 111º Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca. Cerca de 20 milhões de cruzeiros foram destinadas para apuradas pesquisas de nossas águas territoriais, o que redundará em aperfeiçoamento global do setor e uma renda altamente satisfatória. Entrementes, a implantação do programa conhecido como "mapas de bordo", trará resultados imediatos em matéria de dados específicos sobre todas as espécies e estoques existentes. Vários barcos de exploração e pesquisa já estão navegando pela imensa costa do Brasil, avaliando ininterruptamente os recursos pesqueiros.

Prossegue com absoluta precisão a investigação dos estoques e concomitantemente, orientam-se os pescadores em sua tarefa operacional. Não devemos nos esquecer de que o Amazonas e seus tributários representam quase 20 por cento de toda a água doce do Universo. E o estímulo de acordos binacionais..."

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado, e lhe concede mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Muito obrigado.

"E o estímulo de acordos bi-nacionais do tipo "Joint-ventures", dentro das 200 milhas de mar territorial, garantem pleno triunfo, em mais uma frente de desenvolvimento econômico do setor. Por isso, como representante do município de Guaraqueçaba nesta Assembléia Legislativa, vemos com otimismo as medidas apontadas certos de que as mesmas contribuirão para o almejado progresso da Região Litorânea de nosso Estado".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É possível que uma notícia inserida nas páginas do "Jornal do Brasil" tenha passado despercebida e que, dada sua importância, faço o registro dela, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que como representantes da coletividade paranaense, possamos fiscalizar a atuação no setor dos meretíssimos juízes de Direito, principalmente de instância inicial.

A notícia, Sr. Presidente, inserida e publicada pelo "Jornal do Brasil", afirma que "os juízes de Direito que continuarem recebendo a parcela de 20 por cento sobre as custas com o registro de cédulas de crédito rural em cartório, poderão ser demitidos de seus cargos, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo que os 30 por cento devem ficar com os tomadores de empréstimos rurais".

A decisão do Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional parte do Decreto-Lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, que, estabelecendo essa participação dos juízes criou verdadeira remuneração suplementar à magistratura de primeira instância, ocorrendo dezenas de casos em que as custas de inscrição e de averbação das cédulas de crédito superaram os próprios vencimentos dos juízes, provocando, desta forma, uma disputa entre os próprios juízes, pelas comarcas que apresentam maior incidência ou mais intensa atividade rural. O Supremo Tribunal Federal está informado de que em vários Estados da Federação, os juízes continuam participando das custas, mas, com a decisão, deverão ocorrer provimentos dos Corregedores da Justiça, para

que os cartórios de registro, ao procederem a inscrição e averbação das cédulas, deduzam a parcela de 20 por cento.

Os titulares de cartório continuarão percebendo seus 80 por cento das custas, como autoriza o Decreto-Lei 167.

No Estado de São Paulo, surgiu a primeira medida contrária à disposição do Decreto-Lei 167, com o Decreto Estadual número 52.705, que eliminou a participação dos juízes nas custas.

Com base nesse decreto, o Corregedor Geral da Justiça de São Paulo, determinou que a parcela de 20 por cento fosse deduzida em favor do agricultor que tomou o empréstimo.

Inconformado com a medida da Corregedoria Geral da Justiça, o Juiz Aniz Buchalla, da 1ª Vara da Comarca de Catanduvas, no Estado de São Paulo, impetrou mandado de segurança, perdeu no Tribunal de Justiça e recorreu ao Supremo Tribunal Federal, onde também perdeu.

O Supremo Tribunal Federal para terminar, publicou o acórdão interpretando o artigo 114, inciso segundo, da Constituição Federal que diz: "É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário, receber, a qualquer título, e sob qualquer pretexto, porcentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento".

Havia dúvida se a Constituição limitava a proibição aos processos judiciais. Mas, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a proibição alcança também a chamada jurisdição voluntária ou graciosa, de natureza administrativa.

Era o registro, Sr. Presidente, que cabia fazer nesta sessão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só agora que tivemos condições de formalizar expediente que vamos encaminhar à Mesa. Por esta razão, em virtude da urgência que ele requer e para que seja discutido e votado na sessão de hoje, desta tribuna, passamos a ler o requerimento. (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, requer ouvido o Plenário, o envio de ofício ao General Alcindo Pereira Gonçalves Secretário de Segurança Pública, enfatizando a necessidade de que as cédulas de identidades requeridas em Maringá sejam expedidas naquela cidade.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1976.

JUSTIFICATIVA:

O acima exposto e requerido já acontece com o sistema de expedição de Carteira Nacional de Habilitação.

Economicamente, o atendimento à presente propositura muito representa ao interessado em tal documento, principalmente ao residente em uma das centenas de cidades encravadas na área polarizada por Maringá. Se evitaria, cansativas e dispendiosas viagens a Curitiba e se usufruiria o conforto em obtê-la sem deixar a região, dentro de um prazo suportável, eliminando-se ainda, o desprazer do congestionamento das filas, verdadeiros atestados de irracionalidade nos trabalhos e na distribuição dos órgãos atendentes.

É sugestão válida sob todos os aspectos, já motivo de reivindicação junto à Câmara de Maringá, pelo Vereador Antenor Sanches, e que pela importância, merece o respaldo e o apoio de seu concidadão".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho. Antes porém, esta Presidência informa aos

Srs. Deputados que, às 17 horas de hoje, na Sala das Comissões, será recebido o Procurador Geral do Estado, Dr. Lelis Corrêa, por ocasião de reunião da Comissão que trata das Divisas entre o Paraná e São Paulo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso objetivo é tão somente complementar um assunto há pouco abordado desta tribuna, pelo eminente líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, a propósito da cobrança de emolumentos pelas inscrições de cédula rural ou suas averbações por parte dos Juizes de Direito. E a fim de que, em complementação fique registrada na Ata dos trabalhos desta Casa, nas providências já adotadas em nosso Estado pela Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que não tenha o assunto ou não possa ter uma interpretação diferente.

A Corregedoria Geral da Justiça, através de provimento que tomou o número de 265, publicado no Diário da Justiça de quarta feira, dia 9, ontem, assim se manifestou sobre a matéria: (Lê):

“Provimento nº 265 — O Desembargador Athos Moraes de Castro Velloso, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais e considerando o preceituado no inciso II, artigo 114, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o disposto na letra b, inciso III, artigo 119, também, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando a decisão do Supremo Tribunal, em Acórdão proferido no julgamento do Recurso Extraordinário sob o número 78.466, de São Paulo, declarando a inconstitucionalidade, no parágrafo único do artigo 34 do Decreto Lei número 167, de 14 de fevereiro de 1967, das palavras “e 20 por cento ao Juiz de Direito da Comarca, parcela que será recolhida ao Banco do Brasil S/A e levantada quando das correções a que se refere o artigo 40” e no § 2º do artigo 36 do supra referido Decreto, das palavras “e ao Juiz de Direito da Comarca”;

Considerando, finalmente, a impossibilidade de os Drs. Juizes de Direito e Adjuntos, estes quando no exercício de substituição (art. 66 do Código de Organização e Divisão Judiciárias deste Estado), receberam as porcentagens referidas nas consideração anterior, resolve:

I — Determinar aos Senhores Oficiais de Registro Imobiliário do Estado do Paraná que, do cálculo para cobrança dos emolumentos à inscrição de cédula rural ou averbações à margem da mesma, de que tratam respectivamente, o parágrafo único, artigo 34, e o § 2º, artigo 36, ambos do Decreto Lei número 167, de 14 de fevereiro de 1967, cobrem do interessado, unicamente os 80 por cento que lhes dizem respeito, de conformidade com o estabelecido ainda, nos dispositivos legais supra citados;

II — Esclarecer aos Srs. Oficiais do Registro deste Estado que a decisão proferida no julgamento do Recurso Extraordinário sob o número 78.466, referido, foi publicada no Diário da Justiça da União, sob o número 59, de 26 de março do corrente ano;

III — Determinar aos Drs. Juizes de Direito e Adjuntos a pronta fiscalização na observância da presente determinação, principalmente quando da correção de que trata o artigo 40 do Decreto Lei número 167, de 14/02/1967.

Registre-se, publique-se, anote-se e cumpra-se.

Dado e passado nesta Corregedoria Geral da Justiça, aos vinte de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis.

Ass. Athos Moraes de Castro Velloso

Corregedor Geral da Justiça”.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 09/76, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 26/76, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 42/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 46/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 26/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Laranjeiras do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Aluísio Mayer, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 47/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 29/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mandaguari, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 29/76, de autoria do Deputado João Cioni Neto, que eleva de 9 (nove) para 11 (onze) o número de vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião da entrada o projeto de nossa autoria, que leva o número 29/76, anexamos uma certidão constando o número de eleitores inscritos naquele município.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos de posse de outra certidão e que trazemos ao conhecimento de V. Exa., neste momento:

“Certifico, atendendo solicitação verbal da parte interessada, que verificando nos arquivos desta 89ª Zona Eleitoral da comarca de Umuarama, constatei que até o dia 15 de maio do corrente ano, o município de Umuarama conta com 39.160 eleitores aptos a votarem.

O referido é verdade e dou fé.

Ass. Alfredo Bernardes, Escrivão Eleitoral”.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos uma emenda mudando o artigo 1º, que fica com a seguinte redação:

“Fica elevado para 13 o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama”.

Temos certeza que contamos com o apoio total de todos os Srs. Deputados, ao nosso projeto ora em discussão.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado.**
Em votação a emenda. — **Aprovada.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/76, de auto-

ria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 12/71, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, relativas ao exercício financeiro de 1970. Pareceres favoráveis da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução nº 04/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item XV, do art. 22, da Constituição do Estado,

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1970. Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1975.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição nº 12/71

A presente Proposição sob o número 12/71, é oriunda do ofício nº 01/71, de 05/01/71, da Divisão de Contabilidade desta Assembléia Legislativa, encaminhando balanço do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, desta Casa, relativo ao exercício de 1970.

Pelo exame do processo, verifica-se a existência de um saldo na importância de Cr\$ 1.457.364,13 (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e sessenta e quatro cruzeiros e treze centavos), que representa o total a ser devolvido ao Tesouro Geral do Estado.

Acompanha esta Proposição um amplo demonstrativo, contendo empenhos da administração, relação da despesa empenhada em folhas de pagamento, resumo explicativo da despesa empenhada em assistência social, dos senhores Deputados, relação de restos a pagar, balancete razão e balanço geral.

Todas as peças que compõem este processado estão em ordem e perfeitamente regular, podendo o mesmo ser apreciado pela Comissão de Tomada de Contas.

Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Proposição em tela.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 04/76

R E L A T Ó R I O

SÚMULA: Aprova Balancete de verificação referente ao exercício de 1970, deste Poder Legislativo.

P A R E C E R

De acordo com o inciso XV, do artigo 22, da Constituição Estadual, o julgamento das contas do Poder Legislativo, apresentadas obrigatoriamente pela Mesa, é da competência exclusiva da Assembléia Legislativa. Tendo em vista que a douda Comissão de Tomada de Contas, já o examinou, tendo mesmo apresentado o incluso Projeto de Resolução, cremos estar esgotada a matéria no âmbito das Comissões Técnicas. Razão pela qual solicitamos que o mesmo seja encaminhado ao Departamento Legislativo, para apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACIOLY NETO — Presidente
IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição nº 36/71, que aprova prestação de contas do senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do exercício de 1970. Pareceres favorável da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminha-

mento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução nº 05/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item XV, do art. 22, da Constituição do Estado,

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do exercício de 1970, no valor total de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), sendo Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) como 2º Secretário (Gabinete) e Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) pela condição de Deputado.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição nº 36/71

A presente Proposição sob número 36/71, refere-se à prestação de Contas do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do exercício de 1970, no valor total de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), sendo Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) como 2º Secretário (Gabinete) e Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) pela condição de Deputado.

A prestação de contas em referência está devidamente documentada, com notas fiscais emitidas pelo Hospital Santa Cruz, desta Capital, as quais se fazem acompanhar de minucioso demonstrativo.

Verificamos, pelo demonstrativo em apreço e pelas notas fiscais que o acompanham que, na realidade, o deputado Haroldo Bianchi, além da verba que lhe fora destinada pelo Orçamento do Poder Legislativo, ainda aplicou, do seu próprio bolso, a importância de Cr\$ 297,92 (duzentos e vinte e sete cruzeiros e noventa e dois centavos), valor esse que, pelo demonstrativo, ultrapassa o da verba de Assistência Social que lhe fora atribuída.

Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação das referidas contas, que se encontram em ordem e perfeitamente regular.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1975.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 05/76

O presente Projeto de Resolução nº 05/76, oriundo da Proposição nº 36/71, visa sobre a aprovação das Contas do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, pela Verba de Assistência Social, referente ao exercício de 1970.

Tratando-se de matéria já apreciada pela Comissão de Tomada de Contas, que foi a mentora do Projeto de Resolução, não vemos como esta Comissão possa apreciá-lo, isto porque, regimentalmente (art. 48 — R.I.), tal matéria somente poderia sofrer o crivo da C.C.J., anteriormente à apreciação de qualquer outra Comissão.

Assim sendo, o nosso parecer é no sentido de que tal Projeto de Resolução volte ao Departamento Legislativo, a fim de ser incluído na Ordem do Dia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição nº 120/72 que aprova prestação de contas referentes ao exercício financeiro de 1971, bem como o relatório da Constabilidade Geral desta

Assembléia Legislativa. Pareceres **favoráveis** da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução nº 06/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item XV, do art. 22, da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas referente ao exercício de 1971, bem como o relatório da Contabilidade Geral desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição nº 120/72

Cumprindo às determinações prevista na lei número 4.320, de 17 de março de 1964, o Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa encaminhou a esta Comissão Técnica, o relatório e balancetes do exercício financeiro de 1971.

Os documentos apresentados discriminam a receita e despesa empenhadas, evidenciando a política financeira e o programa de trabalho da Casa, obedecidos os princípios de unidade, universalidade anualidade, e considerando-se os Restos a Pagar.

A gestão traduz uma concepção eminentemente dinâmica da "azienda". Ela compreende as múltiplas e variadas operações que, sem solução de continuidade, se processaram no decurso daquele ano neste Poder, para a concretização dos objetivos a que se visou.

As operações resultaram da ação coordenada dos órgãos da Administração e se consubstanciaram em uma série de medidas que imprimiam ao setor de Pessoal, Patrimônio, etc. contínuas mutações qualitativas e variações quantitativas, alterando-lhe a estrutura e os valores respectivos.

Por estarem legalmente classificadas por fontes, o nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

HÉLIO MANFRINATO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 06/76

O projeto de Resolução 06/76, ex-Proposição 120/72, origina-se da prestação de contas e do relatório da Contabilidade Geral da Secretaria deste Poder Legislativo referente ao Exercício Financeiro de 1971.

Constitucionalmente, é de competência deste Poder apreciar a prestação de contas anual da Comissão Executiva.

Porém, tendo em vista que a presente prestação de contas já foi competentemente examinada pela Douta Comissão de Tomada de Contas, que, inclusive apresentou o presente Projeto de Resolução, no nosso entender já está esgotada a matéria no âmbito das Comissões.

Isto exposto, opinamos que o Projeto retorne ao Departamento Legislativo, a fim de que seja encaminhado para apreciação do Plenário.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 113/74, que aprova prestação de Contas do Poder Legislativo,

referente ao exercício financeiro de 1973. Pareceres **favoráveis** da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução nº 07/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item XV, do art. 22, da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição nº 113/74

Cumprindo às determinações previstas na lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa encaminhou a esta Comissão Técnica, o relatório e balancetes do exercício financeiro de 1973.

Os documentos apresentados discriminam a receita e despesa empenhadas, evidenciando a política financeira e o programa de trabalho da Casa, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade, e considerando-se os Restos a Pagar.

A gestão traduz uma concepção eminentemente dinâmica da "azienda". Ela compreende as múltiplas e variadas operações que, sem solução de continuidade, se processaram no decurso daquele ano neste Poder, para a concretização dos objetivos a que se visou.

As operações resultaram da ação coordenada dos órgãos da Administração e se consubstanciaram em uma série de medidas que imprimiam ao setor de Pessoal, Patrimônio, etc. contínuas mutações qualitativas e variações quantitativas, alterando-lhe a estrutura e os valores respectivos.

Por estarem legalmente classificados por fontes, o nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

HÉLIO MANFRINATO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 07/76

O presente Projeto de Resolução da Comissão de Tomada de Contas, visa aprovar as contas do Poder Legislativo referentes ao exercício de 1973.

A matéria já foi apreciada pela respectiva Comissão e por essa razão, nos termos do artigo 43, in fine, do Regimento Interno, já estão esgotados os aspectos de sua apreciação no âmbito desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição nº 142/75, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1972. Pareceres **favoráveis** da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução nº 08/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item XV, do art. 22, da Constituição do Estado,

RESOLVE:

Artigo único — É aprovada a prestação de contas deste

Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1972.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

HÉLIO MANFRINATO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição nº 142/75

Cumprindo às determinações previstas na lei número 4320, de 17 de março de 1964, o Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa encaminhou a esta Comissão Técnica, o relatório e balancetes do exercício financeiro de 1972.

Os documentos apresentados discriminam a receita e despesa empenhadas, evidenciando a política financeira e o programa de trabalho da Casa, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade, e considerando-se os Restos a Pagar.

A gestão traduz uma concepção eminentemente dinâmica da "azienda". Ela compreende as múltiplas e variadas operações que, sem solução de continuidade, se processaram no decurso daquele ano neste Poder, para a concretização dos objetivos a que se visou.

As operações resultaram da ação coordenada dos órgãos da Administração e se consubstanciaram em uma série de medidas que imprimiam ao setor de Pessoal, Patrimônio, etc. contínuas mutações qualitativas e variações quantitativas, alterando-lhe a estrutura e os valores respectivos.

Por estarem legalmente classificadas por fontes, o nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

HÉLIO MANFRINATO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 08/76

O presente Projeto de Resolução nº 08/76, oriundo da Comissão de Tomada de Contas — ex-Proposição número 142/75, tem por objetivo a aprovação das contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1972.

De acordo com o inciso XV, do Art. 22, da Constituição Estadual, o julgamento das contas do Poder Legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa.

No entanto, tendo em vista que a douta Comissão de Tomada de Contas, já examinou o processo, culminando por apresentar o Projeto de Resolução, no nosso entender está esgotada a matéria no âmbito das Comissões, e acreditamos que por um lapso, tal matéria tenha vindo para esta Comissão.

Isto exposto, solicitamos que o mesmo retorne ao Departamento Legislativo para ser encaminhado à apreciação do Plenário, já que nada há para opinar.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 143/75, que aprova Balancete de verificação referente ao mês de abril, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, referente ao exercício financeiro de 1973. Pareceres favoráveis da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução nº 09/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item XV, do art. 22, da Constituição do Estado,

R E S O L V E:

Artigo único — É aprovado o Balancete de Verificação referente ao mês de abril (segundo trimestre), do exercício financeiro de 1973, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição nº 143/75

A presente Proposição sob número 143/75, é originária do ofício número 02/73, de 08/05/73, da Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, encaminhando o Balancete de Verificação referente ao mês de abril de 1973.

Examinando a matéria, verificamos que trata-se do Balancete desta Casa, relativo ao segundo trimestre daquele exercício, e todos os seus elementos se encontram em ordem, corretos e perfeitamente regular, estando assim este processo em condições de ser apreciado por esta Comissão de Tomada de Contas.

Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação da Proposição em análise.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1975.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

ERNESTO GNOATO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 09/76

SÚMULA: Aprova o Balancete de verificação referente ao mês de abril, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, referente ao exercício financeiro de 1973.

P A R E C E R

De acordo com inciso XV, do artigo 22, da Constituição do Estado, o julgamento das contas do Poder Legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa, é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa.

Em assim sendo, e tendo em vista que douta Comissão de Tomada de Contas, já examinou o processo, tendo mesmo oferecido o incluso Projeto de Resolução, entendemos estar esgotada a matéria no âmbito das Comissões Técnicas. Razão pela qual solicitamos que o processo retorne ao Departamento Legislativo, para ser encaminhado à apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 49/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 33/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paracity, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 49/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Paracity, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Romário Martins" e o Ginásio Estadual "Maria José Rocha Braga", na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.
(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 33/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Paranaity, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Romário Martins" e o Ginásio Estadual "Maria José Rocha Braga", na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.
(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede na cidade de Altônia. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 46/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede em Altônia - Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.
(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A "MISSÃO EVANGÉLICA BETÂNIA", anteriormente denominada "Missão Betânia do Brasil", com sede na cidade de Altônia, conforme declaração anexa firmada pelo seu Vice-Presidente, Richard Duane Craven, mantém em funcionamento um modelo Hospital e Maternidade com dois médicos em tempo integral, proporcionando assistência médico-hospitalar às populações da região em que está estabelecida, a preços acessíveis. Mantém outrossim, um Seminário de Instituto Bíblico em regime de internato, para moças e moços, onde são ministrados cursos bíblicos sem ônus aos alunos assim como algumas matérias de nível segundo grau. Nas oficinas de mecânica, de carpintaria, de fabricação de produtos vendáveis, na horta e no pomar os estudantes recebem instruções sobre trabalhos manuais e os praticam.

Objetiva, assim a Missão Evangélica Betânia fornecer instrução acadêmica e religiosa, sem fins lucrativos a todo jovem vocacionado, sem distinção de raça, credo ou classe social, contribuindo para o aprimoramento cultural da Nação.

Por outro lado os diretores da entidade, não são remunera-

rados e todo lucro auferido é aplicado no Brasil, para ampliar e aperfeiçoar a obra segundo os objetivos estatutários.

Por estas razões, propomos o presente plano de lei, esperando receber o imprescindível apoio dos eminentes Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/76

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei nº 46/76 visa declarar de utilidade pública a "Missão Evangélica Betânia", da cidade de Altônia.

Analisando-se o Projeto, a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que o mesmo se enquadra às normas legais exigidas pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.
(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está em visita à nossa Casa a Srta. Cláudia Azzolini Chueiri, Miss Paraná, oriunda do município de Cornélio Procopio. Para recebê-la e encaminhá-la ao plenário, designo os Srs. Deputados Osvaldo Macedo e Ivo Thomazoni.

(Entra em plenário a Srta. Cláudia Azzolini Chueiri)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa designa o Deputado Rosário Pitelli para que, em nome da Assembléia Legislativa, saude a Miss Paraná 1976.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Srta. Cláudia Azzolini Chueiri, Miss Paraná 76, Sr. Prefeito Municipal de Cornélio Procopio, Michel Dib, Srta. Dulce Maria Alves, Vereadora de Cornélio Procopio, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O mês de maio último, foi, efetivamente, generoso para com meu município de Cornélio Procopio.

É que o Vereador Michel Dib assumiu o cargo de Prefeito Municipal e a jovem e simpática estudante Cláudia Azzolini Chueiri foi eleita Rainha da Exposição de Londrina, e agora, em pleito disputadíssimo, vem de ser proclamada Miss Paraná, isto é, a mais bela entre as belas mulheres do Estado do Paraná.

Os dois fatos, de uma profunda natureza administrativa e política, e o outro, de marcante influência social e educativo, no sentido da formação de uma raça humana aprimorada física e intelectualmente, os dois acontecimentos estão criando um clima de confiança, de entusiasmo, de criatividade e entrosamento entre as camadas da comunidade desde a faixa escolar até às legítimas lideranças econômicas, culturais e políticas.

E esse entrosamento local ou municipal, de que é exemplo o apoio como que unânime do Legislativo em torno de seu atual Chefe Executivo Municipal, e em nosso favor igualmente, com que nos sentimos imensamente honrados nas causas a que nos dedicamos e que são como as dos nobres pares desta Assembléia Legislativa os do bem, ou do interesse público.

Há tanta disposição de trabalho no município, que é polo da sexta micro região geo-econômica, ou Associação dos Municípios do Norte do Paraná, que o Prefeito está capitalizando o crédito de confiança que todos lhe avrimos, aliás, justamente, por saber das dificuldades encontradas na municipalidade, vem de

encaminhar vários convênios com os diversos órgãos governamentais, tanto no setor do ensino, da saúde, dos meios de comunicação (estradas e pontes) da segurança, do trânsito, e outros, do maior interesse daquela laboriosa comunidade paranaense.

E, coincidentemente, ou não, precisamente quando a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, vê uma de suas alunas elevada ao cargo maior, de representante da beleza da mulher do Paraná, se faz, por intermédio de seu corpo docente e sua equipe de trabalho, um esforço bem amplo no rumo da criação de mais três cursos superiores, com o que se pretende a sua transformação em UNIVERSIDADE, com extraordinária influência na vasta região.

Que a jovem Cláudia Azzolini Chueiri, Miss Paraná, seja a verdadeira representante do nosso Estado do Paraná, ela que sabe muito bem que a mulher, hoje disputando os cargos até ontem reservados a nós os homens, que a mulher sem perder nada de sua inteligência, da sua cultura, da sua capacidade de trabalho, em favor da Pátria, tem entretanto, a cultivar títulos magníficos de feminilidade, de mãe e de rainha do lar. Que a esses magníficos pendões junta e ostenta a mulher paranaense o de a mais bela mulher do Brasil, são os nossos sinceros votos. Esteja certa, a nossa querida Cláudia, que partindo de Cornélio Procopio, tem agora a honrosa incumbência de representar todo o nosso Estado, que estaremos todos juntos, povo e Governo, desejando-lhe pleno êxito na grande jornada da beleza brasileira". (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Neste momento, o Sr. 1º Secretário da Assembléia Legislativa, fará entrega de um cheque à Srta. Cláudia Chueiri que representa, simbolicamente, o apoio desta Assembléia à Miss Paraná 76.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (faz entrega do cheque) — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Assembléia Legislativa agradece a presença que faz Miss Paraná 76 a esta Casa, agradece a presença, igualmente, do Sr. Prefeito de Cornélio Procopio e da Vereadora Sra. Dulce Maria Alves que acompanham Miss Paraná 76 nesta visita.

A Mesa e toda a Assembléia auguram à gentil Senhor uma vitória final no pleito que vai se verificar proximamente. Muito obrigado, pela presença.

A Mesa designa a mesma Comissão, antes assinalada, para acompanhar Miss Paraná 76, enquanto da sua permanência na Casa. — (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando a definitiva retirada do Projeto de Lei nº 24/76 de sua autoria, pelo motivo de haver constatado que idêntica proposição, também de sua autoria, já fora convertida em Lei. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, enfatizando a necessidade de que as células de identidade requeridas em Maringá, sejam expedidas naquela cidade. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, solicitando informações de como encontram-se os convênios assinados em 1974 entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o Governo do Estado, referentes às obras carentes e necessárias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, a fim de que o departamento competente

daquele órgão determine a imediata a restauração da estrada PR-59. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de 3 membros, para gestionar junto à Confederação Brasileira de Desportos, objetivando a inclusão do Grêmio Maringá, no próximo Campeonato Nacional. — APROVADO.

A Mesa indica os Srs. Deputados Valter Pietrângelo, Jorge Seto e Gabriel Sampaio para comporem a referida Comissão Especial.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA Nº 329/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4952, de 07 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula número 541, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de junho de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 339/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4919, de 04 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar, a Portaria número 642/75, de 27 de novembro de 1975, que lotou o funcionário EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, percebendo gratificação correspondente a cinqüenta (50) por cento de seus vencimentos, para prestar serviços extraordinários, a partir de 04 de junho de 1976; e,

II — autorizar, LUNYR CARRANO BITTENCOURT, ocupante do cargo em comissão de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinqüenta (50)

por cento de seus vencimentos, a partir de 04 de junho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de junho de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 340/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

I - Revogar a Portaria 29/75, de 26 de fevereiro de 1975, que designou o funcionário BOLIVAR CAMARGO BARROS,

matrícula número 115, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO.

II — designar, o funcionário acima referido, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria; e,

III — autorizar o funcionário supra citado, na conformidade no disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, a partir de 02 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de junho de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral